



— Estados-membros se articulam para evitar rejeição de proposta

Europa traça planos para proteger sua economia

Sob o comando de Ursula von der Leyen, a Comissão Europeia tenta manter interesses do continente


ARTIGO

The Economist

Como quase diz o provérbio chinês, uma jornada de mil quilômetros começa com um simples relatório. Pelo menos é assim que se faz grande parte da política da União Europeia (UE). No dia 24 de janeiro, a Comissão Europeia publicou uma série de documentos e propostas sobre como monitorar e restringir as exportações de tecnologia sensível e os investimentos nesses setores no exterior (leia-se: China). A comissão também apresentou legislação sobre investimentos de empresas estrangeiras na Europa.

Quem torce por mudanças radicais vai ficar desapontado. O pacote é muito menos ambicioso do que sugeria um esboço de estratégia publicado em junho do ano passado. E não faz jus à insistência dos Estados Unidos, nem à declaração conjunta do presidente Joe Biden com Ursula von der Leyen, a presidente da comissão, em março de 2023, que



Em busca de um acordo
Propostas da Comissão Europeia são menos ambiciosas do que sugeria um esboço publicado em 2023

previa que a UE e os Estados Unidos trabalhariam juntos. Talvez isso se deva ao fato de que fazer as coisas de forma direta e dispendiosa, ao estilo americano, pode não ser o ideal para a UE. Talvez fosse mais realista se a Europa imitasse a abordagem cuidadosamente pensada do Japão.

A primeira etapa é compreender quais são os verdadeiros interesses estratégicos da Europa. Durante um tempo, a UE foi simplesmente arrastada pelos esforços americanos para enfrentar a China. Os Países Baixos tiveram a experiência mais vigorosa, depois de os Estados Unidos terem apoiado fortemente os

Países Baixos para proibir as exportações de máquinas litográficas avançadas da ASML, uma empresa de tecnologia holandesa. Todos os países da UE agora estão analisando suas próprias vulnerabilidades. É um bom começo.

OBSTÁCULOS. No entanto, os países da UE logo descobriram como isso é difícil. Muitos Estados-membros são simplesmente pequenos demais para terem as capacidades analíticas necessárias. “No caso das sanções russas, votamos com os alemães, na esperança de que eles tivessem feito a análise”, afirma o representante de um Estado-

membro de médio porte. Ainda estão em curso as várias avaliações de risco que a comissão recomendou aos países em outubro.

Em fevereiro, a comissão planeja apresentar um relatório sobre os riscos de segurança para as quatro indústrias tecnológicas mais importantes: semicondutores avançados, inteligência artificial, computação quântica e biotecnologia. Depois virão relatórios sobre outros riscos – a resiliência das cadeias de abastecimento, a segurança das infraestruturas fundamentais e a exposição à coerção econômica – e sobre outros setores, como as tecnologias energéticas e os materiais avançados.

Quando tudo isso estiver pronto, a etapa seguinte será encontrar um denominador comum entre 27 países que têm pontos de vista muito diferentes. A Hungria autocrática está cada vez mais ao lado da Rússia e da China. Os maiores Estados-membros têm pouca confiança na comissão. Em contraste, a força da segurança econômica do Japão se

encontra na unidade de propósitos, argumenta Mathieu Duchâtel, do Institut Montaigne, um think tank de Paris.

Para encontrar uma unidade de mais ao estilo do Japão, a comissão quer transferir a questão da segurança econômica para um nível político mais elevado. Tomemos co-

Exemplo asiático
Especialistas apostam que, talvez, fosse mais realista se a Europa imitasse a abordagem cuidadosa do Japão

mo exemplo seu novo relatório sobre controles de exportação. A comissão planeja criar um grupo de coordenação política de alto nível para chegar a um acordo sobre as próximas etapas. Em 2021, o Japão deu um passo a mais, elevando os controles de exportação para o nível ministerial ao criar um ministro para a segurança econômica.

NEGOCIADOR. “O que preci-